

**MEIO AMBIENTE/** Áreas de preservação ambiental fundamentais para a manutenção da biosfera e da água do Distrito Federal são alvo constante de invasões e de grileiros. Nem resguardo da Unesco garante a proteção



Desde 1993, um acordo entre o GDF e a Unesco garante, no papel, a preservação da área

# Verde sob eterna ameaça

» ARIADNE SAKKIS  
» BRENO FORTES

**T**rata-se da Reserva de Biosfera do cerrado, criada pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco) no Distrito Federal. O compromisso firmado entre o governo local e o organismo internacional em 1993 deveria garantir a preservação de zonas fundamentais para a conservação do cerrado, bem como a qualidade de vida de Brasília. A realidade, entretanto, está longe de cumprir o acordo. As invasões avançam livremente sobre as zonas que deveriam estar sob proteção.

Esqueça os casebres de tapumes e lonas. Atrás dos Conjuntos 4 e 5 da Quadra 13 do Park Way, a construção civil clandestina corre solta. Inserido na Área de Proteção Ambiental Gama e Cabeça de Veado — zona-tampão (leia Para saber mais) da Reserva de Biosfera do Cerrado —, o Núcleo Rural Coqueiro data de 1953, mas viu as características de ocupação mudarem drasticamente nos últimos anos. De pequenas chácaras, o local vem se transformando em parcelamentos urbanos, colocando em risco a preservação dos córregos que abastecem o sistema do Lago Paranoá.

O retalhamento, apesar de antigo, se apressa intensamente. No último ano, a construção de casas de alvenaria ganhou ritmo acelerado. O *Correio* esteve no local na última sexta-feira e constatou caminhões transportando materiais para erguer novas residências ou finalizar obras inconcluídas. Entre as chácaras 45 e 49, há quem tenha comprado uma fatia de terra por R\$ 10 mil. É o caso de um casal que conversou com a reportagem sem se identificar. Antes, eles moravam de aluguel em outras casas da região. Os dois não dizem quem vendeu o lote.

“A gente sempre fica sabendo de alguém que está vendendo”, disse a moça. O marido confirma que uma parte do imóvel chegou a ser demolida pela fiscalização, mas as estruturas que



Nos últimos anos, o local foi tomado por casas de alvenaria: parcelamentos irregulares colocam em risco os córregos que abastecem o Paranoá

estavam habitadas pela família foram mantidas. “Com a gente morando, eles não derrubam, não”, confirmou o homem. Ali, eles contam com abastecimento de água, inclusive com hidrômetros individuais, e energia desviada de postes.

A expansão da invasão é motivo de várias reclamações de moradores de quadras vizinhas no Park Way. Flavia Ribeiro da Luz, integrante da Associação Park Way Residencial, já expôs a situação a vários órgãos governamentais, incluindo a administração regional do bairro, instâncias ambientais,

fiscais e também a Câmara Legislativa. “As matas daqui formam um cinturão verde de proteção à área tombada de Brasília e os córregos abastecem o Lago Paranoá. É uma região extremamente sensível, mas tem sido tratada de maneira inconsequente e irresponsável pelo governo”, criticou a moradora.

A administração respondeu que conhece o problema e notifica frequentemente as autoridades responsáveis por conter as invasões. O último ofício encaminhado à Delegacia do Meio Ambiente (Dema) e à Agência de Fiscalização (Agefis)

é de 23 de julho. Responsável por operações de retirada e derubada, a Secretaria de Ordem Pública e Social (Seops) informou que esteve no local duas vezes este ano, nas quais demoliu duas construções e 250 metros de cerca. Apesar disso, fará nova expedição no local amanhã. A Agefis não respondeu à reportagem até o fechamento desta edição.

## Desmatamento

A ameaça às zonas verdes se espalha por todo o DF e há locais assediados há anos, como o Parque Nacional de Brasília — onde houve até projetos de lei sugerindo a redução dos limites do parque para regularizar as invasões —, a Floresta Nacional, a

bacia do São Bartolomeu por condomínios de luxo no Jardim Botânico e o Altiplano Leste, onde grileiros desmataram milhares de hectares de cerrado para parcelamentos ilegais.

Brazlândia é uma das cidades que mais sofrem com as invasões e, pela importância dessa região para a proteção dos recursos hídricos do Distrito Federal, inspira ainda mais cuidados. Há anos, dois assentamentos de movimentos de sem-terra ocupam áreas da Caesb e da União de extrema sensibilidade ambiental.

Recentemente, por meio de uma ação judicial movida pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema), foi possível retirar um assentamento da APA do

Barroão, um dos córregos tributários do Lago do Descoberto, este responsável por mais de 60% da água que abastece a capital brasileira. Apesar disso, outras áreas que não deveriam ser habitadas estão sendo ocupadas irregularmente.

Em frente ao posto da Polícia Militar do DF, no Km 13 da BR-080, invasores retirados de áreas da Vendinha, pertencente ao município goiano de Padre Bernardo, se transferiram para a margem da rodovia, que pertence ao Distrito Federal. São cerca de 200 estruturas bem simples, feitas em tapume e lona, instaladas no terreno, da Terracap. “Deu problema lá (em Goiás), então chegamos um pouco para frente”, resumiu a ocupante de um casebre, que divide com dois filhos e o marido. Apenas este ano, o endereço, vizinho à zonas de matas e sob o qual há corpos hídricos, foi alvo de três operações do Comitê de Combate ao Uso Irregular do Solo, que deve retornar ao ponto na próxima semana.



Do alto, é possível ter uma ideia mais clara dos danos causados: moradores da região reclamam da falta de fiscalização e do avanço galopante das construções